



ARMAZÉM/GARAGEM COM WC

Vila Franca de Xira



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR ATRAVÉS DE RECEPÇÃO DE
PROPOSTAS REDUZIDAS A ESCRITO ATÉ
13/09/2019

O presente anúncio não dispensa a leitura atenta e integral do regulamento de venda.

Ref.:

IMO1051

VISITAS POR MARCAÇÃO

300 500 072

vendas@gaip.pt



*Cheque caução obrigatório

VALOR BASE
50.500,00 €



ÁREA TOTAL
126,00 m²

DESCRIÇÃO DA C.R.P.

SUB-CAVE A - Armazém.

DADOS REGISTAIS

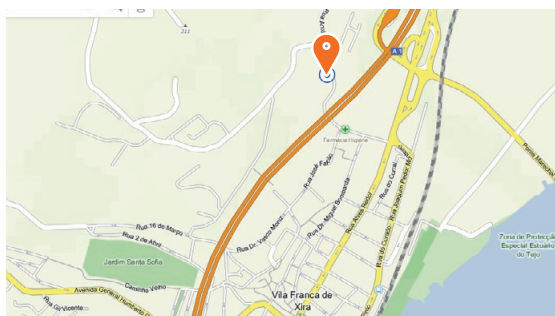
Art. Matricial	U 3028-A
Descrição C.R.P.	1566
Freguesia	Vila Franca de Xira
Concelho	Vila Franca de Xira

CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL

Área bruta privativa	126,00 m ²
Estado	Razoável
Situação	Desocupado



Nota: Os bens móveis não integram a venda.



LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL

Rua António Sérgio, nº1
2600-105 Vila Franca de Xira
GPS: 38°57'38.0"N 8°59'19.0"W
38.960556, -8.988611



Insolvência de A.F. - Construtora Imobiliária, S.A.

PROCESSO N.º 4616/15.2T8VFX - COMARCA DE LISBOA NORTE, V. F. DE XIRA - INST. CENTRAL - SEC.COMÉRCIO - J4



NEGOCIAÇÃO PARTICULAR ATRAVÉS DE RECEÇÃO DE

**PROPOSTAS REDUZIDAS A ESCRITO ATÉ
13/09/2019**

**VISITAS POR MARCAÇÃO
300 500 072
vendas@gaip.pt**

REGULAMENTO GERAL DE VENDA CONDIÇÕES GERAIS DE VENDA

1. Os interessados deverão remeter as propostas, reduzidas a escrito, até 13/09/2019, dirigidas à GAIP - Serviços Centrais, via correio registado, contendo a referência "Proposta Insolvência A.F. - Construtora Imobiliária, S.A.", para o Apartado 127, EC Marrazes, 2400-995 Leiria. Apenas serão aceites as propostas com registo dos CTT até 13/09/2019 e que tenham sido entregues na morada indicada até 17/09/2019 ou entregues em mão, nos nossos escritórios, até ao dia 13/09/2019.

2. Os proponentes terão de juntar obrigatoriamente à sua proposta um cheque caução à ordem da "Massa Insolvente de A.F. - Construtora Imobiliária, S.A.", no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor proposto pelo respetivo lote - caso o proponente apresente proposta para mais do que um lote, apenas será necessário um cheque, que deverá corresponder a 5% do valor total oferecido para esses lotes.

3. As propostas que não venham acompanhadas pelo respetivo cheque caução não serão consideradas, perdendo o proponente o direito à aquisição dos bens e não podendo participar numa eventual segunda fase de venda.

4. As propostas terão de conter, sob pena de serem excluídas, os seguintes elementos: identificação do proponente/nome ou denominação social, morada, contribuinte (N.I.F./N.I.P.C.), telemóvel, telefone e e-mail; identificação do processo e dos lotes e valores oferecidos, por extenso, expresso em euros. Encontra-se disponível no site www.gaip.pt o formulário de proposta.

5. Até à primeira data fixada para a mostra dos bens, o catálogo de venda poderá sofrer alterações.

6. A mostra dos bens é aberta ao público. É obrigatório o preenchimento do registo de visitas.

7. Os bens são vendidos no estado físico e jurídico em que se encontram, sem garantias de quaisquer vícios que possam surgir ou que eventualmente existam, livres de ónus e encargos, sendo da responsabilidade do promitente-comprador todos os custos inerentes à compra, nomeadamente as obrigações fiscais. As fotografias são meramente ilustrativas podendo não corresponder à realidade.

8. Através da apresentação de propostas, os interessados assumem ter conhecimento e aceitação do regulamento geral de venda - condições gerais de venda, assim como terem inspeccionado os bens e conhecerem as suas características, declinando-se qualquer responsabilidade pelos seus estados de conservação, funcionamento ou situação, assim como, qualquer descrição incorrecta da informação constante no catálogo/anúncio e que possa induzir a erro.

9. A desistência pelo proponente, depois de rececionada a proposta, implica a perda do direito à aquisição dos bens não podendo o mesmo participar numa eventual segunda fase de venda.

10. Podem ser apresentadas propostas de montante inferior ao mínimo estabelecido para venda.

11. Apenas são aceites propostas lote a lote. Não são aceites propostas que agrupem outros conjuntos de bens/lotes.

12. A adjudicação dos bens será feita às propostas de maior valor, reservando-se ao Exmo(a). Sr(a). Administrador(a) da Insolvência e Ilustre Comissão de Credores o direito de não adjudicar propostas de valor inferior ao valor mínimo fixado. Prevê-se o prazo máximo de quinze dias, a partir da data final de receção de propostas, para obtenção de parecer quanto às propostas apresentadas e consequente comunicação aos proponentes.

13. Em caso de empate serão os proponentes notificados, via carta ou e-mail para apresentarem, caso pretendam, uma nova proposta, no prazo máximo de 48 horas, após a receção da notificação.

14. Qualquer situação de incumprimento imputável ao comprador, determinará a perda dos montantes já pagos seja a que título for, podendo ser promovido perante o juiz o arresto em bens suficientes para garantir o valor em falta, acrescido das custas e despesas, sem prejuízo de procedimento criminal.

15. Se por motivos alheios à nossa vontade, a venda for considerada sem efeito, por quem de direito, as quantias recebidas serão devolvidas em singelo.

16. É da responsabilidade dos interessados o conhecimento das características, estado e situação dos imóveis, nomeadamente no que diz respeito à correção das informações relativas às localizações e às áreas, situação de eventuais edificações existentes, assim como as orientações e regras a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo.

17. No caso de adjudicação dos bens, o cheque de caução de 5%, junto à proposta, será depositado e passará a constituir sinal. Os restantes 95% do valor de adjudicação dos bens, deverão ser liquidados através de cheque visado ou bancário até ao ato da escritura notarial.

18. Com a adjudicação dos bens, acresce, sobre o valor da proposta, um montante de 5% + IVA, referente aos serviços prestados pela GAIP - Consultores, que deverá ser pago no prazo de 15 dias após a comunicação da aceitação da proposta. O montante indicado de 5% + IVA, referente aos serviços prestados pela GAIP - Consultores, é igualmente aplicável caso seja exercido direito de remição ou direito de preferência.

19. O promitente-comprador obrigar-se-á, logo que lhe seja solicitado, a fornecer todos os elementos necessários à realização da escritura, nomeadamente os documentos comprovativos do pagamento do IMT e IS, se a eles houver lugar. A escritura notarial de venda dos imóveis será efetuada logo que se encontre reunida toda a documentação necessária para o efeito, em data, hora e local a notificar ao promitente-comprador com antecedência mínima de 15 dias. As despesas notariais são por conta do promitente comprador.